

DESAFIOS ENFRENTADOS PELO CORPO DOCENTE DIANTE DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NO AMBIENTE ESCOLAR: CONTRIBUIÇÃO DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Aliane Mizzi Castro Solino¹
Mávia Luiza Azevedo Oliveira²
Gislene Maia Silva³

RESUMO

A psicologia é o estudo do comportamento humano. Com os conhecimentos que essa ciência proporciona juntamente com a abordagem específica dessa pesquisa, a Análise do Comportamento se mostra de grande reconhecimento e importância no processo de desenvolvimento de crianças atípicas. Durante os estudos realizados, percebeu-se a importância de conferir a realidade escolar em contextos nos quais estão inseridas crianças com deficiência, tratando diretamente sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Tendo isso em vista, muitos profissionais da educação, mais especificamente os pedagogos, encontram-se inseridos em um cenário no qual é comum não se ter uma formação específica para a inclusão de crianças com TEA. Diante das pesquisas bibliográficas, foi elaborada entrevistas semiestruturada em setores de educação pública, particular e filantrópica para conferências de formações e desafios enfrentados no preparo dos profissionais diante da educação inclusiva. A pesquisa se trata de um método quali-quantitativo que busca trazer a aplicabilidade do serviço de inclusão no Brasil para Crianças com TEA, buscando conhecer os desafios e desfalques dos professores em vista de conhecimento acerca do TEA, a necessidade da educação inclusiva e como a Análise do Comportamento Aplicada fornece manejos que auxiliam os profissionais. Em vista disso, é importante abordar essas realidades para que o processo de qualificação se torne cada vez mais efetivo e necessário, gerando, assim, uma maior confiança para os profissionais da educação, família e crianças

Palavras-chave: Análise do comportamento. Educação Inclusiva. Psicologia. Transtorno do Espectro Autista.

ABSTRACT

Psychology is the study of human behavior. With the knowledge provided by this science, combined with the specific approach of this research, Behavior Analysis proves to be of great recognition and importance in the developmental process of atypical children. During the studies conducted, the importance of understanding the school reality in contexts where children with disabilities are included, particularly those with Autism Spectrum Disorder (ASD), became evident. Many education professionals, specifically pedagogues, find themselves in a scenario where they often do not have specific training for the inclusion of children with ASD. Based on bibliographic research, a semi-structured interview was elaborated in public, private, and philanthropic education sectors for conferences on training and challenges in preparing professionals for inclusive education. The research method is qualitative-quantitative and seeks to explore the applicability of inclusion services in Brazil for children with ASD, aiming to understand the challenges and gaps in teachers' knowledge of ASD, the necessity of inclusive edu-

1 Bacharel em Psicologia, Faculdade Metropolitana de Anápolis.

2 Bacharel em Psicologia, Faculdade Metropolitana de Anápolis.

3 Esp. Psicologia. Docente em Faculdade Metropolitana de Anápolis.

cation, and how Applied Behavior Analysis provides strategies that assist professionals. Thus, it is important to address these realities so that the qualification process becomes increasingly effective and necessary, thereby fostering confidence for education professionals, families, and children.

Keywords: Behavior Analysis. Inclusive Education. Psychology. Autism Spectrum Disorder.

INTRODUÇÃO

No presente estudo, destaca-se o Transtorno do Espectro Autista (TEA), sendo esse um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits no desenvolvimento, influenciando o funcionamento pessoal, social, acadêmico e até mesmo profissional do indivíduo (DSM – V, 2014). Considerando esses prejuízos e como podem interferir na vida acadêmica, dentre outras áreas, do indivíduo diagnosticado com TEA, pretende-se analisar como o corpo docente é preparado para receber esses alunos.

Tendo em vista que a intervenção precoce é essencial para crianças em idade escolar com algum atraso de desenvolvimento, é de suma importância atentar-se aos primeiros anos de formação, pois segundo Assis e Taveira (2021), é na primeira infância que a criança possui maior neuroplasticidade, tendo maior capacidade de desenvolver-se, quando devidamente estimulada.

Ao apontar o Transtorno do Espectro Autista (TEA) como um assunto de destaque para o contexto atual da educação brasileira, deve-se considerar o nível de suporte da criança autista (de acordo com o DSM-V e CID 11) e a equipe psicopedagógica se encontra em desafio para suprir as necessidades específicas desses indivíduos. Sendo assim, é de suma importância uma abordagem de qualificação para intervenção e educação da criança.

A partir desse pressuposto, considera-se a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), que se trata de uma abordagem científica de referência nas intervenções comportamentais nos casos de TEA, sendo as suas contribuições destaque no presente estudo. Com base em evidências científicas, a ABA contribui substancialmente para o ensino de novas habilidades e é responsável pelos mais favoráveis resultados no tratamento de autismo. Enfatiza-se, para que a introdução dessa ciência seja eficiente em ambiente escolar, que é necessário um profissional com formação apropriada (Rosa, 2022), o que não vem sendo unânime o cenário brasileiro da educação.

Tendo em vista o aumento do número de diagnósticos, a inclusão desses indivíduos no ensino regular merece destaque. Afinal, a rede de professores está preparada para receber e ensinar esses(as) alunos(as)? O que define se a criança foi realmente incluída? Vale a pena aos pais, inserir a criança no contexto escolar mesmo com as incertezas? Qual é o desgaste emocional dessas famílias no período escolar? Com o propósito de responder essas indagações foi feita uma revisão bibliográfica sobre o assunto, para esclarecimento de tais indagações.

MÉTODO

Amostra

O seguinte trabalho será executado com uma pesquisa teórica, com intuito de elaborar uma revisão bibliográfica sobre a realidade do corpo docente em relação a inclusão de alunos autistas. Além disso, pretende-se explicar sobre como a Análise do Comportamento Aplicada

(ABA) pode contribuir para melhoria do ensino de crianças com TEA. Em uma abordagem qualitativa, serão interpretados os dados levantados, de forma que seja possível sugerir a ABA como uma alternativa eficaz no ensino.

RELATÓRIO CIENTÍFICO

As teorias científicas do desenvolvimento são construtos de conceitos que buscam explicar e descrever o desenvolvimento a partir dos seus comportamentos, diante de certas condições (Papalia; Martorell, 2022).

Os testes de avaliação psicológica são resultados de pesquisas realizadas com base na teoria e na prática. Muito utilizado para a avaliação na neuropsicologia, o Teste de Avaliação do Desenvolvimento de Denver (Frankenburg et al., 1975) é uma ferramenta para mapear o progresso de crianças de 1 mês a 6 anos e para identificar aquelas que não estão dentro do processo de desenvolvimento comum. O teste avalia as habilidades motoras grossas (as que envolvem músculos maiores) e habilidades motoras finas (as que envolvem músculos menores). É possível avaliar também o desenvolvimento da linguagem, da personalidade e o desenvolvimento social.

Conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-V – (2014), os transtornos do neurodesenvolvimento são caracterizados por déficits no desenvolvimento, que influenciam no funcionamento pessoal, social, acadêmico e, até mesmo, profissional.

Papalia e Martorell (2022) apresentam cinco perspectivas sobre o desenvolvimento humano, sendo elas psicanalítica, da aprendizagem, da cognição, contextual e evolucionista/socio biológica. É essencial para a nossa compreensão, a perspectiva da aprendizagem, produzida pelo behaviorismo, com Pavlov, Skinner e Watson, tendo como princípios básicos que as pessoas são reativas e o ambiente controla o comportamento. Como citado, os produtores do behaviorismo, em síntese, acreditavam na teoria da perspectiva da aprendizagem, que se baseia na experiência ou adaptação ao ambiente de um determinado comportamento.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem como características dificuldades nas interações sociais, padrões repetitivos de comportamento, critérios de rigidez e interesses específicos e hiperfocos. Usualmente os pais conseguem perceber o padrão atípico de desenvolvimento nos primeiros anos de vida, mas os sinais do TEA podem se evidenciar mais tarde, demonstrando algumas das suas dificuldades nos anos escolares, em que está exposta a diversos estímulos dos quais não respondem como a maioria (CID – 11).

Para o critério diagnóstico do Espectro Autista, existem características essenciais, conforme o DSM-, a saber:

- 1- Prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.
- 2- Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, conforme manifestado por pelo menos dois dos seguintes, atualmente ou por história prévia.
- 3- Os sintomas devem estar presentes precocemente no período do desenvolvimento (mas podem não se tornar plenamente manifestos até que as demandas sociais excedam as capacidades limitadas ou podem ser mascarados por estratégias aprendidas mais tarde na vida).
- 4- Os sintomas causam prejuízo clinicamente significativo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo no presente. Essas perturbações não são mais bem explicadas por deficiência intelectual (transtor-

no do desenvolvimento intelectual) ou por atraso global do desenvolvimento.

5- Deficiência intelectual ou transtorno do espectro autista costumam ser comórbidos (DSM-V, 2014, p. 50).

Considera-se que esses sintomas estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário. Além disso, o estágio em que o prejuízo funcional fica evidente variará de acordo com características do indivíduo e o seu ambiente (DSM-V, 2014). Para além dos sintomas, também é importante identificar a gravidade do transtorno em cada indivíduo, popularmente relacionando a gravidade com a intensidade com que os sintomas se evidenciam. Contudo, o TEA tem os seus níveis de gravidade correlacionados à independência do indivíduo e quanto mais dependente de ajuda, maior é o nível de gravidade.

Segundo a nova versão do International Classification of Diseases (CID 11), os diagnósticos de Autismo Infantil, Autismo Atípico, Transtorno Desintegrativo da Infância, Transtorno com Hipercinesia associada a Retardo Mental e a Movimentos Estereotipados, Síndrome de Asperger, outros Transtornos Globais do Desenvolvimento e Transtorno Global do desenvolvimento sem especificação, foram todos incorporados em uma classificação única, sendo Transtorno do Espectro Autista (código 6A02). Ainda são apresentadas subdivisões, contudo associadas aos déficits na linguagem funcional e de deficiência intelectual. A seguir se apresenta a classificação atual e as suas subcategorias (CID-11, 2022).

Pensando na prevalência do transtorno, o Centro de Controle de Doenças e Prevenção (CDC) publicou um relatório em 2021, em que a prevalência de TEA era de uma a cada 44 crianças de 8 anos, nos Estados Unidos. Esses dados convertidos equivalem a 2,3% da população no Brasil, contudo, ainda não há estudos que apontem números exatos de prevalência no país (Canal Autismo, 2021).

Aspectos históricos acerca da educação inclusiva no Brasil

O governo Federal assumiu no ano de 1957 o atendimento educacional para pessoas atípicas e, a partir desse momento, iniciou campanhas que auxiliam esse movimento (Mendes, 1995). No mesmo ano, foi criada a primeira “Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro” e, no ano seguinte, estabeleceu-se a “Campanha Nacional de Educação e Reabilitação do Deficiente da Visão” (Miranda, 2008).

Em 1962, pela Lei n. 4.169, foi oficializada a leitura e escrita em braile, já no ano seguinte, em 17 de julho de 1993, estabeleceu-se o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, no qual a Lei n. 8.069/90 determina aos pais em relação ao ensino dos seus filhos e especifica que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos, ou pupilos na rede regular de ensino” (Carvalho; Reis; Queroz, 2020, p. 41-62). Nessa época, também foi criada a Federação Nacional das APAES (FENAPAES) que, em 1963, realizou o seu primeiro congresso (Mendes, 1995).

No município de Anápolis, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE foi a primeira instituição de assistência especial, sendo inaugurada no ano de 1969 e atua em três unidades: a Escola Maria Montessori, o Ambulatório Multidisciplinar Especializado e o Laboratório da APAE de Anápolis (Carvalho; Reis; Queroz, 2020).

No ano de 1972, o Ministério de Educação e Cultura – MEC, unido ao Grupo-Tarefa de Educação Especial e James Gallagher, expuseram a primeira proposta de educação especial no Brasil. Foi diante disso que o Ministério denominou Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, que no presente é a Secretaria de Educação Especial – SEESP (Mantoan, 2002).

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, publicada no ano de 1996, n. 9.394/96, expressa a obrigatoriedade no país a esse respeito. A mesma lei aponta avanços significativos

na sociedade, como a oferta de educação especial desde a faixa etária de zero a seis anos, profissionais especializados para servir e ambientes preparados para recebimento dessas crianças (Miranda, 2008). Ainda no que diz respeito à Anápolis, implementou-se a resolução 052 de 24 de junho de 2013, pelo Conselho Municipal de Educação, que até o presente se encontra em vigor, estabelecendo uma educação inclusiva no sistema municipal (Carvalho; Reis; Queroz, 2020).

Pela Constituição Federal de 1988, estabelece-se o conceito de igualdade. Posto isso, passa a ser compreendido o conceito de igualdade sob a perspectiva da equidade, afinal “o que difere, não desigual” (Gaia, 2015, p. 105). A partir dessa concretização, leva-se em conta a necessidade de compreender o aspecto de inclusão. É importante ressaltar que inclusão e integração são duas coisas diferentes: na inclusão se leva em conta a valorização das diversidades e a integração compreende normalizar a vida dos alunos com deficiências, porém, ambos têm uma proposta única, de auxílio na inserção dos alunos ao ensino regular (Miranda, 2008).

Recentemente, foi apresentado o termo de educação inclusiva, utilizado inicialmente na Conferência Mundial de Educação Especial, realizada na cidade de Salamanca, na Espanha, em 1994. Essa foi uma demarcação de avanço, trazendo princípios, políticas e práticas para educação especial, proporcionando direito e dever de todos ingressarem nas escolas (Carvalho; Reis; Queroz, 2020).

A Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência, para assegurar todos os direitos e promover as condições necessárias de igualdade e direitos fundamentais e humanos. No capítulo II da mesma lei, são estabelecidos os princípios da igualdade e da não descriminalização, enfatizado no seu Art. 8 (Brasil, 2015).

Diante disso, percebe-se que a educação inclusiva se trata de um modelo que deve ser conscientizado socialmente, por trazer direitos e reduzir a dicotomia entre inclusão e exclusão. (Carvalho; Reis; Queroz, 2020). Após essa dinâmica ocorrida em Salamanca, o Brasil se destinou a adotar os documentos estabelecidos na Conferência e, mediante isso, ocorreu em 1857 o reconhecimento da Linguagem Brasileira de Sinais – Libras, que apenas em 2002 se tornou a segunda língua oficial do país reconhecida por lei (Carvalho; Reis; Queroz, 2020).

Uma crítica deste trabalho diz respeito aos desafios enfrentados pelo corpo docente diante da inclusão de crianças autistas no ambiente escolar, mediante a formação e especialização dos professores ao atuarem nesse campo.

Os professores enfrentam desafios em implementar educação inclusiva, como buscar cursos e atualizações, aplicar planos de ensino, conscientizar famílias e a sociedade. Alguns resistem em se especializar para adequar o ambiente escolar para crianças autistas, devido a investimentos e falta de voz nas diretrizes políticas das instituições (Silva, 2015).

Isso implica, desse modo, discutir acerca da formação inicial e continuada dos pedagogos no âmbito escolar inclusivo. Diante disso, vale ressaltar que se deve manter um acompanhamento contínuo, visando trazer atualizações ao conhecimento e não somente palestras ou curso pontuais (Glat, 1998).

De fato, é desafiador promover mudanças nas políticas públicas, porém se deve efetivar o ingresso dos alunos com transtornos do neurodesenvolvimento - especificamente TEA-, compreendendo como acesso ao direito humano da educação (Mattos, 2019).

Autores da educação inclusiva reconhecem parte desses desafios e a compreensão acerca das suas demandas. Um exemplo disso concerne à carência de conhecimento acerca dos transtornos do neurodesenvolvimento, bem como o TEA, não reconhecendo seus aspectos específicos, como níveis de suporte e déficits no desenvolvimento. Outra condição importante a ser considerada se dá em relação aos comportamentos das crianças autistas no ambiente escolar, que podem ocorrer devido a questões psicológicas, notando-se, portanto, a importância da presença de profissionais da psicologia no grupo docente escolar (Mattos, 2019).

Conclui-se que existem questionamentos, os quais a psicologia integra esse setor, como verificar se a criança autista está sendo estimulada, como tem decorrido seu processo de aprendizagem - e se está ocorrendo aprendizagem - e quais os preparos de aulas e materiais estão sendo fornecidos pelos pedagogos diante da peculiaridade de cada criança autista (Silva, 2015).

Análise do Comportamento Aplicada (ABA) como intervenção no Autismo e dentro do ambiente escolar

A sigla ABA vem do termo inglês Applied Behavior Analysis (Análise do Comportamento Aplicada), que se trata de uma ciência na qual são usados princípios e procedimentos do estudo do comportamento. É derivada da linha filosófica Behaviorismo Radical, na qual B. F. Skinner é o principal autor. Baseado nos pressupostos determinados por Skinner, os analistas do comportamento estudam o comportamento de pessoas e grupos no cotidiano e realizam intervenções considerando as situações socialmente relevantes (Sella; Ribeiro, 2018). Além disso, os estudos empíricos na análise do comportamento possuem diversos procedimentos metodológicos, a fim de esclarecer a psicologia como ciência, explicando os elementos que viabilizam as contingências de reforçamento que o modelam e o mantêm (Guazi; Laurenti; Córdova, 2022).

Para entender o uso dessa ciência em ambiente escolar, é relevante explicar brevemente sobre os modelos desenvolvidos para sua aplicação juntamente aos principais autores contribuintes para sua validação. O uso da ABA surgiu primeiramente em duas vertentes, sendo uma delas o modelo do comportamento verbal desenvolvido por Skinner, no qual o ensino da linguagem a partir dos conceitos de Comportamento Verbal, é o principal objetivo. A partir da análise funcional da linguagem, é possível ensinar o aprendiz sobre as suas funções (mando, intraverbais, ecoicos, tatos, dentre outros). O segundo se trata do modelo desenvolvido por Lovaas, que foi um dos primeiros a comprovar a eficácia da ABA, sendo utilizado o Ensino por Tentativas Discretas, que consiste no ensino de habilidades a partir do desmembramento da habilidade da forma mais simples para a mais complexa, usando o reforço positivo (Martoni; Santos-Carvalho, 2012).

É importante destacar que uma intervenção para ser ABA necessita conter um viés aplicado, analítico e comportamental, respeitando a praticidade e o custo para aquela intervenção, pois a adesão ao processo se relaciona a concepção dos interessados de que é relevante para o aprendiz e o seu meio social (Sella; Ribeiro, 2018).

Destaca-se que o aprendiz precisa ser constantemente avaliado e o seu plano de intervenção alterado, seguindo os avanços e novas demandas que surgirem. Ademais, é importante ressaltar que o uso do reforço positivo ajuda a tornar o procedimento mais agradável para o indivíduo (Mello, 2000 apud Martins, 2005).

Barcelos et al. (2020) evidenciam que a terapia ABA não é voltada unicamente para indivíduos com TEA e a intervenção pode ser utilizada em outros transtornos, e em crianças típicas ou outros indivíduos. Além disso, eles especificam que as atividades precisam seguir uma certa estrutura, assim como adequação do ambiente, enfatizando que o terapeuta tenha experiência e que recorra a instruções claras e em tom de voz apropriado (Barcelos et al., 2020). Pensando nisso, percebe-se que o ambiente escolar não é perfeitamente adequado para a intervenção, ainda mais considerando as variáveis indeterminadas que podem ocorrer no dia a dia, como barulho excessivo, passeios escolares, apresentações em dias temáticos, a espera para os intervalos e até mesmo a hora do lanche. Podendo esse ser um desafio para o corpo docente mesmo possuindo uma base teórica, nesse caso o professor precisará contar com sua criatividade e conhecer bem o seu aluno. Isso não inviabiliza a possibilidade de utilização e os bons resultados com ABA nas escolas.

O objetivo de uma intervenção em ABA é estimular as habilidades inexistentes ou pouco desenvolvidas, de forma específica para cada indivíduo e vem trazendo resultados positivos em crianças com TEA. Contudo, em entrevista com professores, Morari et al. (2020) apontam que 66% dos educadores não se sentem capazes de desenvolver a ABA no processo de inclusão e formação.

A psicologia como estudo do comportamento humano apresenta observações sobre essa realidade, que tem ocorrido no processo de educação. Alguns profissionais da psicologia se especializam em ABA, unindo conhecimentos e gerando resultados positivos. Pensando nisso, destaca-se a necessidade de capacitações aos docentes e ações efetivas de inclusão no meio escolar, o que pode ser feito por profissionais da psicologia especializados na área, assim como por pedagogos, desde que tenham a formação adequada (Morari et al., 2020).

Na escola, uma das estratégias de inclusão a criança com deficiência é o Plano de Ensino Individualizado (PEI). A elaboração desse documento ainda não é uma prática comum no Brasil, contudo, é um ótimo método de colaboração entre os cuidadores da criança, os profissionais que tratam a criança e a escola, pois precisa de avaliação das crianças em todos os cenários em que se comporta (Oliveira, 2020). Para a criança com TEA, o PEI possibilita um ensino adequado as habilidades já presentes no seu repertório e para desenvolver as outras funções de forma funcional. Tendo como fundamento o ensino individualizado, a ABA também faz uso e se beneficia desse plano de ensino dentro do ambiente escolar.

Com o objetivo de aplicar a ABA no ambiente escolar, é de suma importância a presença de um profissional com formação adequada na instituição, pois ele será encarregado das avaliações constantes da criança e da adaptação do seu currículo escolar, sendo necessário que o profissional consiga identificar as dificuldades de aprendizagem, assim como o desenvolvimento do aluno, além de estar atento às possíveis variáveis que possam estar interferindo (Rosa, 2022).

Além disso, destaca-se a necessidade de um auxiliar de sala para o educador, pois esse será responsável por acompanhar a criança com TEA e aplicar e registrar o currículo adaptado. É importante salientar que a adaptação envolve todo contexto da criança, como o material didático, o lugar em que a criança se sentará (por exemplo: longe da janela, ou mais próximo ao professor e longe de distratores aparentes). Ademais, são feitos registros das atividades da criança, que são elaborados de modo sistemático e de acordo com como a criança responde às aplicações do auxiliar, que são posteriormente passados ao Analista do Comportamento responsável, que os analisa e replaneja novas intervenções (Rosa, 2022).

Segundo Cunha (2012), o ensino adequado na escola necessita incluir não apenas o aluno autista, como também a sua família. Os materiais estruturados usados em sala de aula também podem ser utilizados em casa, assim como a ABA, que deve sempre ser aplicada nos dois ambientes. Além disso, cabe ao educador ter um olhar astuto voltado ao aluno e à sua família para ser possível detectar as causas de alguma falha de aprendizagem. O trabalho na intervenção comportamental é em equipe e precisa de uma boa comunicação entre os membros para atingir o objetivo final, educar e promover a autonomia da criança.

Destaca-se que apenas ter a presença da criança atípica na escola não é a solução, pois a inclusão em si consiste em fornecer o aprendizado. Faz-se necessário um profissional com formação especializada e que saiba promover a educação de forma adequada para acompanhar a criança. Enfatiza-se que esse educador necessita estar completamente focado nesse aluno em específico, ou seja, está ali para ele. (Rezende; Souza, 2021).

Considerando as características específicas do aluno com TEA, para obter um ensino eficaz, é necessário que o ambiente seja estruturado, que se siga uma rotina e o local de ensino seja único e específico, proporcionando um ambiente livre de frustrações e ansiedade para a criança autista. Além da constante adaptação dos materiais didáticos, inclui-se também brinca-

deiras e avaliações. O educador precisa promover uma experiência que seja reforçadora para o autista, influenciando diretamente na motivação, no aprendizado e no desenvolvimento integral das suas habilidades (Souza; Loureiro, 2020).

O Art. 3º da Lei n. 12.764 caracteriza os direitos da pessoa com TEA ao acesso à educação não sofrendo discriminação, obtendo direitos humanos e liberdade. É de responsabilidade da equipe escolar fornecer matrículas para qualquer aluno com TEA que queira inserir na escola e caso ocorra o seu impedimento, serão multados de três até 20 salários mínimos (Brasil, 2012).

O ensino pela ABA deve ser individualizado e promover a independência do indivíduo, permitindo que ele aprenda comportamentos sociais e acadêmicos como contato visual, comunicação funcional, leitura, escrita e matemática (Rezende; Souza, 2021). De acordo com Cunha (2012), mesmo que o estudante apresente pouca concentração nas atividades, é de suma importância repeti-las diariamente de maneira prazerosa, que estimule a experiência e promova autonomia. O autor aponta que os objetos em si não são atraentes para o aluno autista, mas o estímulo que ele pode promover. A partir disso, julga-se que tudo que o estimula pode ter valor pedagógico e ser usado na intervenção, podendo esses estímulos serem brinquedos, materiais escolares, figuras diversas, propriedades sensoriais de objetos, dentre outros aspectos.

É importante destacar que o professor, não tendo conhecimento básico da área, pode reforçar comportamentos inadequados da criança, como afirma Rosa (2022), que exemplifica que na situação de “obter atenção”, a criança chora e, nesse momento, tem a atenção total do professor e, em consequência, a criança em outros momentos também buscará a atenção com o choro. Tendo em vista que o comportamento não é adequado, o educador com a formação adequada ensinará a criança a buscar a sua atenção de maneira funcional, como chamando por ele, por exemplo.

Além disso, é importante que a sala onde as intervenções vão acontecer seja simples e que não tenha estímulos exagerados, para que o aluno consiga se concentrar apenas nos materiais e brinquedos que serão utilizados naquela habilidade trabalhada. Enfatiza-se, também, a necessidade de uma análise das preferências da criança antes do início da intervenção, para que se possa trabalhar usando os objetos e materiais reforçadores que motivaram o aluno (Cunha, 2012).

Para que o ensino e inclusão do aluno autista ocorra de maneira eficaz, é de suma importância que os profissionais que trabalham com a criança entendam as suas dificuldades e promovam o ensino de forma com que ela aprenda. Isso é necessário, pois não é a criança autista quem deve se adaptar à metodologia da escola, mas o educador que deve adaptar a sua forma de ensino para incluir.

CONCLUSÃO

Com base no exposto, percebe-se um aumento nos casos de autismo diagnosticados nos últimos anos. Contudo, ainda não se tem evidências que justifiquem cientificamente esse fato, apesar de especulações acerca de melhores ferramentas diagnósticas. Ao observar esse aumento, destacam-se as crianças em idade escolar e como serão educadas, pois o transtorno possui singularidades que variam de indivíduo para indivíduo.

A criança com TEA necessita de um plano de ensino diferente dos demais alunos, pois as suas habilidades e dificuldades não são típicas. Desse modo, cabe à equipe pedagógica adaptar o currículo escolar para as necessidades da criança, em que as habilidades são analisadas para diferenciar quais ela já possui no seu repertório e quais necessitam ser trabalhadas. Além disso, faz-se mister um acompanhamento constante dessas evoluções, para ser determinado o que está funcionando ou não e para haver evoluções no aprendizado da criança.

Compreende-se que os serviços ao atendimento de inclusão escolar devem ocorrer com orientação teórica e de fato efetiva, bem como a lei assegura. O ambiente escolar ideal para receber esses alunos ainda é uma ideia utópica, pois se percebe um grande despreparo dos professores ao terem esse estudante na sua turma. A inclusão consiste em ter uma participação igualitária, na qual o aluno participa das demandas diárias de acordo com as suas habilidades, desenvolvendo as habilidades que estão em carência. Destaca-se que o aluno deve permanecer na sala de aula com os demais colegas e não em uma mesa do lado de fora ou em uma sala separada. Para estar incluído, é necessário o contato com o ambiente escolar como todo, pois até a interação social com os colegas, que pode ser um desafio para o indivíduo com TEA, é uma forma de inclusão.

Tratando-se de crianças, é impossível não levar em consideração os aspectos emocionais dos pais. Por muitas vezes, os pais se encontram em constante insegurança em deixar os seus filhos na rede escolar por uma série de fatores, entre eles a exclusão social e o desfalque de conhecimentos dos profissionais para a atuação com eles.

Ao ponderar isso, as crianças devem receber o mais próximo possível um ambiente adequado e adaptado para não ocorrer segregação na instituição, mas inclusão e integração. Reconhece-se que em boa parte do sistema educacional atual isso não ocorre na prática, causando, então, uma exclusão. Contudo, ainda que seja difícil encontrar um ambiente escolar ideal e inclusivo, a participação do aluno atípico na sala de aula é de suma importância para o desenvolvimento social da criança, pois a interação constante com indivíduos da mesma idade e as vivências do dia a dia escolar, o favorecerão na vida adulta, ao desenvolver as suas habilidades sociais e de soluções de problemas.

A intervenção ABA em ambiente escolar vem trazendo muitos resultados positivos no que diz respeito ao ensino de crianças autistas. De acordo com os textos analisados, muitos profissionais não possuem preparação suficiente para desenvolver a ABA. Esse é um dado que preocupa, considerando que para a aplicação da ABA é necessário um profissional com formação e preparo adequado.

Analisando tais informações, percebe-se o quão importante é a preparação profissional dos educadores, e como ela está em carência. Sendo assim, é válido olhar para o plano de ensino nas graduações de pedagogia e demais licenciaturas, no que diz respeito ao ensino de crianças deficientes e às possíveis adversidades que podem ser experienciadas.

REFERÊNCIAS

ASSIS, M. B. V.; TAVEIRA, L. da. S. **Psicopedagogia e a importância da intervenção precoce.** Caderno Intersaberes, Curitiba, ano 2021 v. 10, n. 29, p. 111-125, 2021. Disponível em: <https://cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/1872>. Acesso em: 14 nov. 2022

BARCELOS, K. da S. et al. **Contribuições da análise do comportamento aplicada para indivíduos com transtorno do espectro do autismo: Uma revisão.** Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 6, n. 6, p. 37276-37291, jul. 2020. Disponível em: <https://brazilian-journals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/11620>. Acesso em: 24 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 28 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez . 2012. Seção 1, p. 2. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12764-27-dezembro-2012-774838-publicacaooriginal-138466-pl.html>. Acesso em: 23 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Seção 1, p. 2. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-norma-pl.html>. Acesso em: 23 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em: 23 jul. 2022.

CARVALHO, F. V. da S.; REIS, M. B. de F.; QUEROZ, J. C. Uma análise do processo histórico do ensino inclusivo na educação básica sob a perspectiva das políticas públicas em Anápolis-GO. In: FREITAS, Carla Conti de; OLIVEIRA JÚNIOR, Daniel de; REIS, Marlene Barbosa de Freitas. Formação de Professores: possibilidades e demandas contemporâneas. Goiania: Scotti 2020. P. 41-62

CUNHA, E. Autismo e Inclusão – Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Wak editora, 2012

GUAZI, T. S.; LAURENTI, C.; CÓRDOVA, L. F. Análise do Comportamento como uma Psicologia da Ciência. Revista Brasileira de Análise do Comportamento, [s.l.], v. 17, n. 2, set. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/11015/7646>. Acesso em: 28 ago. 2022.

MANTOAN, M. T. E. **A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar**. Campinas: Unicamp, 2002. v. 25

MARTINS, E. X. **Autismo Infantil na Perspectiva Analítico Comportamental**. Orientador: Geison Isidro. 2005. 38 f. Monografia (Graduação em Psicologia) - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2005. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/123456789/2639>. Acesso em: 13 nov. 2022.

MATTOS, J. C. Alterações sensoriais no Transtorno do Espectro Autista (TEA): implicações no desenvolvimento e na aprendizagem. **Revista. psicopedagogia**, São Paulo, v. 36, n. 109, p. 87-95, 2019.

MIRANDA, A. A. B. **EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO. Cadernos de História da Educação**, [S. l.], v. 7, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/1880>. Acesso em: 28 ago. 2024.

MORARI, C. et al. Concepções de professores sobre a ABA no processo de formação de estudantes no espectro autista. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 12, n. 2, 4 dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/SIEPE/article/view/107341>. Acesso em: 20 de maio 2022.

OLIVEIRA, M. A. de. **Plano Educacional Individualizado e sua Importância para Inclusão de crianças Autistas**. Orientadora: Adriana Zilly. 2020. 142 f. Dissertação (Mestre em Ensino) - UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2020.

PAPALIA, D. E.; MARTORELL, G. **Desenvolvimento Humano**. Tradução de Francisco Araújo da Costa. 14. ed. Porto Alegre: AMGH, 2022

ROSA, S. O. Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e a sua contribuição para inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) Graus II e Graus III no Ensino Fundamental I. **Cadernos Intersaberes**, Curitiba, v. 11, n. 32, p. 212-229, maio 2022. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/2177/1774>. Acesso em: 20 set. 2022.

REZENDE, L. F.; SOUZA, C. J. de. O trabalho pedagógico e a inclusão escolar para crianças com transtorno do espectro do autismo (TEA). **Research, Society and Development**, [s.l.], v. 10, n. 13, 2021. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo3480729-o-trabalho-pedag%C3%B3gico-e-a-inclus%C3%A3o-escolar-para-crian%C3%A7as-com-transtorno-do-espectro-do-autismo-tea. Acesso em: 25 nov. 2022.

SELLA, A. C., RIBEIRO, D. M. **Análise do Comportamento Aplicada ao Transtorno do Espectro Autista**. Curitiba: Appris, 2018.

SILVA, C. S. M. et al. Educação inclusiva: Um estudo de caso de Autismo e Mediação escolar. In: Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão: Didática e avaliação, 4., 2015, Rio de Janeiro Anais eletrônicos [...] Rio de Janeiro: Editora Realize, 2015. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/ceduce/2015/Modalidade_4datahora_07_07_2015_11_32_13_idinscrito_1292_c9d64b24ba0f2ee8df4275580f0eb295.pdf. Acesso em 28 ago. 2024.

SOUZA, S. C. D.; LOUREIRO, M. O. Conhecimentos necessários para professores que atuam com alunos com transtorno do espectro do autismo / Necessary knowledge for teachers working with students with autism spectrum disorder. **Brazilian Journal of Development**, [s.l.], v. 6, n. 5, p. 29102–29114, maio 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/10296>. Acesso em: 25 nov. 2022.